

## A RÁDIO NA RUA JUNTO AOS MBYÁ GUARANI

Alexandre Missel Knorre<sup>1</sup>; Bruna Moraes Battistelli<sup>2</sup>; Lílian Rodrigues da Cruz<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [misselmusica@gmail.com](mailto:misselmusica@gmail.com)

História, Memória e Narrações

**Resumo:** Poderia um dispositivo clínico criar condições de possibilidade para que outras histórias possam ser contadas? Buscamos entender os fios que permitem que memórias da rua povoem o meio acadêmico. Tendo em vista a proposta que une história, memórias, literaturas e resistência, apresentamos a Radio na Rua e seu potencial para emaranhar memórias coletivas de resistência, neste caso mais específico, da população Mbyá Guarani, do município de Maquiné (RS). Para além das narrativas hegemônicas que subjetivam e subjagam as populações indígenas, gostaríamos de apresentar a construção de uma narrativa que fala da potência na luta por territórios, do respeito pela palavra e pela dança enquanto expressão de uma ética de vida. Assim, o dispositivo em questão passa a operar não somente como Radio na Rua, mas como uma rádio da população em luta.

**Palavras-chave:** rádio na rua, dispositivo clínico, Mbyá Guarani, resistência, indígenas.

Alguns *corpus* possíveis espalhados pelo Brasil profundo, na Rádio Na Rua, a rádio das pessoas em situação de rua de Porto Alegre (RNR)<sup>4</sup>, apresentam-se avariados, com roupas surradas, mal cheiro, aparências paupérrimas, ébrios. Os repórteres da RNR estão em situação de rua, com seus corpos em sua maioria, negros, nordestinos, índios. As referências e significações estigmatizadas sobre o corpo de uma pessoa em situação de rua cristalizam-se determinando restrições às interações sociais e às possibilidades de vida. A RNR nasce da necessidade de embaralhar esses estereótipos e referenciais sociais rígidos. Ao se posicionar no espaço público com equipamentos de som e performances, tencionando os transeuntes com

<sup>1</sup> Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Institucional UFRGS

<sup>2</sup> Psicóloga, Doutora em Psicologia Social e Institucional UFRGS

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia (PUCRS)

<sup>4</sup> Usarei a sigla RNR para me referir a Rádio Na Rua no desenrolar do texto. A Rádio na Rua foi criada em conjunto com moradores de rua atendidos por oficinas ofertadas no Centropop em Porto Alegre, quando o primeiro autor deste trabalho desenvolvia atividade de oficina de música. Assim, o episódio apresentado neste trabalho diz respeito a uma intervenção realizada pelo primeiro autor.

músicas, brincadeiras, debates, relatos de vida, cria um ambiente de troca de experiências multiplicador de perspectivas sobre a população de rua.

Após o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (2016) a desnutrição das Políticas Públicas de Assistência Social do Estado inviabilizou uma série de serviços, parcerias e projetos desenvolvidos na Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da cidade de Porto Alegre. A RNR criada num projeto de uma ONG conveniada a FASC para trabalhar com os usuários do Centro Especializado em Atendimento à População em Situação de Rua foi um dos desinvestimentos, determinando o fim dessa oficina semanal iniciada em 2012 nesse centro.

Atualmente a RNR acontece em parcerias com coletivos, ONGs, fundações não governamentais e grupos organizados em função de temas sociais necessitados de um novo dispositivo para manifestar publicamente suas demandas. Assim aconteceram RNRs nos aniversários do Jornal Boca de Rua<sup>5</sup>, em manifestações do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), com a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), com a Escola Porto Alegre (EPA) especializada em educação da população de rua, dentre outras.

Uma recente RNR aconteceu no Dia Mundial dos Direitos Humanos, no domingo 10 de dezembro de 2017 ao lado do monumento do Expedicionário no Parque da Redenção em Porto Alegre. Muitos apoiadores estavam envolvidos: a Assembleia Legislativa do RS, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos dessa Assembleia, Conselho Estadual de Povos Indígenas (CEPI), o coletivo 'A Cidade Que Queremos', Associação dos Juízes pela Democracia, Raiz: Movimento Cidadanista, Diretoria de Direitos Humanos da Associação do Procuradores do Estado (APERGS), além de artistas, entidades e simpatizantes. Essa mobilização no dia mundial dos Direitos Humanos foi organizada principalmente em função dos 10 meses da retomada de terras ancestrais dos Mbyá Guarani no município de Maquiné, no litoral norte do RS. No dia 27 de janeiro de 2017, 27 famílias Mbyá Guarani retomaram, de forma autônoma e pacífica, 367 hectares de terra onde estava instalada uma fazenda experimental da FEPAGRO, fundação estadual extinta em dezembro de 2016 pelo governo de

---

<sup>5</sup> Jornal redigido por pessoas em situação de rua a mais de 15 anos na cidade de Porto Alegre.

José Ivo Sartori. Segundo o cacique André Nenites *“decidimos retomar nossa terra quando soubemos da extinção da FEPAGRO e que essa terra, de nossos ancestrais, seria vendida para construção de condomínios”* (fala do cacique no microfone da RNR).

Essa RNR junto aos Mbyá Guarani foi marcante. Tudo o que aconteceu nesse dia foi diferente de todas as outras performances na rua. A começar pela instalação dos equipamentos. Normalmente ocupamos locais onde teremos muitos cidadãos circulando, onde nos posicionamos em meia lua empenhados em enchê-la com quem passeia. Visualmente a RNR é uma instalação modesta. O surpreendente é o som que dá vida aos equipamentos. As pessoas chegam excitadas pela música, pelas brincadeiras, pelos assuntos, ou apenas curiosos com os moradores de rua ao microfone.

Mas na RNR da retomada Mbyá Guarani marcada para começar às 11 horas da manhã, o sol a pino estava poderoso demais interferindo na decisão. No parque da Redenção seguidamente nos instalamos ao lado do monumento do Expedicionário onde o público precisa passar para ir a outras partes do parque. Mas naquele dia com o sol castigando nossas cabeças, com poucos passantes, a organização não indígena do evento divergia sobre onde fixar a RNR. Avistamos os Mbyá Guarani posicionados na sombra das árvores de uma área reservada. Nunca instalávamos a RNR nesses locais “fechados” com receio de perdermos a participação dos transeuntes. Mas era inegável que a decisão dos Mbyá Guarani de protegerem-se da força do sol era o melhor para aquele dia. Decidiu-se ficar junto ao seu acampamento, na sombra, menos expostos ao sol. Não fariamos a abordagem costumeira dos passantes com brincadeiras e entrevistas improvisadas, contudo, a sombra com os Mbyá Guarani trouxe novos modos de ser/estar à RNR.

A meia lua da RNR não demorou a ficar cheia. A ideia de ir à sombra foi boa também aos transeuntes do parque. Em pouco tempo estávamos brilhosos na nossa “roda-lua” cheia. A RNR começou com falas de entidades, simpatizantes, militantes da causa indígena. Entrevistando, ampliávamos as informações sobre a retomada das terras em Maquiné. Alguém referiu que a população de Mbyá Guarani havia sido retirada desses hectares há 80 anos. Entre conversas, depoimentos e entrevistas, aconteciam atividades culturais: um grupo musical cantando um tipo de música regional negra do litoral do RS com o tambor de sopapo,

o compositor Nelson Coelho de Castro, Marcelo Delacroix, o grupo performático de pacientes do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF), entre outros artistas e grupos que participaram da RNR. Mas entre todas as atividades durante as 6 horas de duração da RNR, as expressões dos Mbyá Guarani foram incomparáveis. Estar em contato com a força de sua ética de vida, em sua epistemologia, poesia, com outros modos de estar no mundo.

Numa dança em roda, as crianças e mulheres indígenas mobilizaram o público em torno de suas cantigas e coreografias. Com os não indígenas dançando junto, o canto sagrado das crianças Mbyá Guarani conduzia o parque. As águas, as árvores, os animais como temática dos versos Guarani são acontecimentos entendidos como sagrados, pois manifestam vidas ancestrais junto à Nhanderú (espírito da floresta). A fala e o canto das crianças Mbyá Guarani tem a presença de elementos espirituais, resultando no entendimento de que a expressão oral atualiza os ancestrais indígenas pelo cultivo de seus modos de ver e viver o mundo, outorgando a criança um lugar de fala horizontalizado. Essa potência contida na expressão oral dos pequenos constrói outras possibilidades epistemológicas à infância, influenciando inclusive no modo da aldeia se organizar escolarmente (STUMPF; BERGAMASCHI, 2016). Os Mbyá Guarani desejam adquirir os conhecimentos do homem branco, mas com a intenção de guaranizar o mundo mais do que embranquecer sua cultura. O cacique nos ofertou: *A gente vem até vocês para pedir ajuda. Nós não queremos ficar isolados, a gente quer ensinar como vivem os Mbyá Guarani e a gente precisa de vocês pra ajudar manter nosso modo de vida.*

Além de um rapaz indígena, apenas mais dois caciques falaram. A ideia de a palavra ser sagrada confere ao silêncio uma presença fundamental entre os Mbyá Guarani. O silêncio sacraliza a palavra falando-se o necessário ao modo de vida Mbyá Guarani. Diferente de ser um silenciamento por opressão ou lei, o não falar Guarani existe por seus costumes de troca de conhecimento através da observação, imitação, por hábitos de contemplação da natureza. Os caciques falam inspirados com imagens surgidas nos sonhos, em rituais, em visões onde Nhanderú e seus ancestrais mostram caminhos importantes à aldeia (MENEZES; SILVEIRA, 2016).

Num determinado momento da tarde outro cacique falou alguns minutos ao microfone em Mbyá Guarani. Foi importante ao parque ouvir aquelas palavras desconhecidas. Foi definitivo a RNR ter aquela língua nos auto falantes. Além da dança, dos costumes, da facilidade de sentar ao chão que daria inveja aos instrutores de yoga; os Mbyá Guarani fincaram suas palavras na natureza do parque marcando sua diferença radical e visceral dos modos de vida na cidade. Ao retomar sua terra ancestral, mostrar parte de suas danças e cantos, compartilhar seu entendimento do mundo, falando sua língua, o cacique desenha quem são os estrangeiros, imigrantes e refugiados. Após um longo discurso entusiasmado e ancestral o cacique traduz resumidamente seu pronunciamento:

*precisamos de ajuda, o massacre aos índios continua acontecendo em muitos lugares desse país e a gente precisa de ajuda pra demarcar a nossa terra em Maquiné. A gente estava esquecido na beira de estradas, vivendo em acampamentos ruins. Queremos viver nossa cultura com dignidade. Que o governo reconheça isso. Precisamos cuidar da nossa Tekohá Ka'aguy Porã (aldeia mata sagrada). Conhecemos muito bem essa mata de onde voltamos a tirar frutas, remédio, e com águas onde nossos filhos estão pescando, aprendendo a caçar e a viver conforme nossa cultura e tradição. Desde que estamos aqui nossa alegria foi voltando. Ninguém mais ficou doente. O nosso modo Guarani Mbyá precisa continuar vivendo. Vocês precisam nos ajudar com seus chefes a deixar essa terra dos nossos ancestrais pra gente viver.*

O cacique ainda contou que a retomada dessas terras ancestrais foi organizada somente pelos Mbyá Guarani. Não teve participação da FUNAI nem de entidades civis e estatais. A parceria foi solicitada após a retomada para acelerar o debate político e jurídico com o governo do RS. Foi a primeira retomada de terra autônoma no referido estado.

A fala do cacique foi aplaudida pelo parque. Sua fala em língua Guarani, ao contrário da padrão brasileira, ressoa na proposição de Bell Hooks (2013) em que

não necessariamente temos que ouvir e conhecer tudo que é dito, que não precisemos “dominar” ou conquistar a narrativa como um todo, que possamos conhecer em fragmentos. Proponho que possamos aprender não só com os espaços de fala, mas também com os espaços de [*silêncio*]<sup>6</sup>; que, no ato de ouvir pacientemente outra língua, possamos subverter a cultura do frenesi e do consumo capitalistas que exigem que todos os desejo sejam satisfeitos imediatamente; que possamos perturbar o imperialismo cultural segundo o qual só merece ser ouvido aquele que fala [a língua padrão]<sup>7</sup> (p. 232)

O silêncio é parte fundamental do entendimento da palavra como sagrada, o som emitido é o espírito que anima a matéria. A linguagem dos animais, os sons emitidos pela natureza e pelas crianças são expressões onde apenas o silêncio promove a disposição necessária à contemplação dessa outra língua. Segundo Castro (2015), é uma concepção que entende uma unidade espiritual e uma diversidade de corpos. As linguagens variadas são modos resultantes da manifestação do espírito da floresta, Nhanderú, junto a cada corpo específico. Os corpos existem coabitando horizontalmente cada qual ao seu modo atualizando e manifestando Nhanderú, sutilmente.

O silêncio operou nessa RNR com os Mbyá Guarani. Após a fala do cacique, um integrante da aldeia pediu licença para tocar sua flauta feita de um cano de plástico PVC. Gentilmente, sem esperar instruções foi se posicionando em frente ao pedestal com o microfone. Tinha tantas pessoas para falar, cantar e dar entrevistas inscritas que surpreendeu a todos com seu ímpeto. Ele simplesmente se posicionou. Liberamos o microfone, demos um sinal e ele começou a soprar na sua flauta artesanal. Foi o som mais lindo que aconteceu naquela tarde. O parque silenciou. Conforme sua melodia nos encontrava causava mais arrebatamento e contemplação. O volume do microfone da flauta foi aumentado, nem os pássaros faziam barulho. A roda só conseguia olhar à flauta mesmo com os olhos visivelmente marejados. Foi emocionante viver aquele momento assim como escrevê-lo aqui.

---

6 Grifo nosso.

7 Alteração nossa. No texto original: “... aquele que fala em inglês padrão”. (p. 232)

Ao final de sua música, o rapaz saiu rapidamente do centro da roda grato aos aplausos. Foi chamado ao microfone para dizer seu nome, contar sobre a flauta de PVC e de como havia aprendido a tocar. Com as mãos tremendo, a voz insegura e os olhos emocionados disse que há 4 anos simplesmente construiu a flauta com sobras de um trabalho e Nhanderú o fez tocar.

Aprender a contemplar, aprender a força do silêncio, a atualidade de uma espiritualidade imanente que nos abraça, atualizar os ancestrais na ação no mundo, são elementos aprendidos nessa RNR que compõem a ontoepistemologia Mbyá Guarani (STUMPF, BERGAMASCHI, 2016). Nessa RNR, assim como no evento Senacorpus, ficou evidente a necessidade de construirmos narrativas múltiplas, reconhecer as híbridas perspectivas epistemológicas que nos compõem e aprender outras tantas. Os Mbyá Guarani desenharam para o público do parque da Redenção naquele dia o que é um modo de vida, uma epistemologia outra, complexa e peculiar. Ensinou também a necessidade de conhecer as epistemologias que nos compõem para escolhermos quais desejamos atualizar conhecendo o hibridismo singular de múltiplas epistemologias em coabitação nos nossos modos de vida. Demonstrou a necessidade de lutar para defender éticas de vida dos procedimentos do imperialismo e do processo de subjetivação capitalista que pretende colonizar todas as formas de viver. Nesse evento a Rádio Na Rua: a rádio das pessoas em situação de rua foi rebatizada, tornou-se a rádio das pessoas em situação de LUTA!

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Decreto n° 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 21 mai. 2017.

CASTRO, E. V. **Metafísicas Canibais.** Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.



MENEZES, A. L. T. de; SILVEIRA, V. F. Epistemologias indígenas e as visões sobre a pobreza: Estética e espiritualidade como resistência. In: XIMENES, Verônica Moraes *et al.* **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

STUMPF, B. O. BERGAMASCHI, M. A. Elementos Espirituais, Simbólicos e Afetivos na Construção da Escola Mbyá Guarani. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.42, n.4, p.921-935 out./dez, 2016.

